

## **Patriotismo, cidadania e participação política, uma leitura a partir do contexto moçambicano**

A recomendação mais imperiosa para um povo, para um contexto como o que caracteriza o nosso país é de que é necessário ter patriotismo, amar a própria terra. A expressão patriotismo provém de pátria. E esta, por sua vez, deriva etimologicamente do latim *patris, patrium*, que significa literalmente terra dos pais. Contudo é usada frequentemente para referir a terra que acolhe um determinado povo, terra que sendo herdada dos seus antepassados, viu nascer cada um dos seus indivíduos. Nessa lógica, então, patriotismo pode ser entendido como o amor que se sente, se deve cultivar ou se deve sentir pela própria terra, terra de seu povo herdada dos seus antepassados. Aliás, é também essa a percepção patente na constituição da República de Moçambique e no hino Nacional.

Porque naturalmente todo o indivíduo estima e ama a sua terra, terra onde nasceu, cresceu e realiza a sua vida, então, podemos dizer que é o patriotismo que move os indivíduos a se prestarem mais a sua nação do que aos interesses pessoais, a usarem toda a sua energia e inteligência ao serviço dessa sua terra. Na esteira da história, desde sempre todas as pessoas sentiram um amor natural pelo local onde vivem. As guerras entre reinos vizinhos na antiguidade foram justificadas sobretudo pela resistência de uns contra a tentativa de domínio da sua terra pelos outros. Aliás, mesmo na sagrada escritura desde que Deus ofereceu Canã a Abraão e a sua descendência, esta a defendeu com o próprio sangue contra o domínio de estrangeiros.

Na história das sociedades africanas podemos dizer que foi o patriotismo que justificou todas as lutas de resistência quer contra reinos vizinhos, quer contra a dominação imperialista no tempo colonial. No contexto deste último, foi o patriotismo que moveu as pessoas a criarem movimentos de libertação nacional e que justificou toda a guerra, todo o sofrimento, todos os “martírios”, etc. Foi o patriotismo que sustentou as forças de quem lutou e a continuação da própria luta. Sim, o patriotismo é capaz de levar a pessoa a aceitar o seu próprio sacrifício em favor da colectividade. Pessoas com patriotismo são capazes de transcender dos interesses pessoais para atingir os colectivos.

O contrário do patriotismo é o interesse pessoal que supera qualquer interesse nacional. Pessoas com patriotismo sabem que ao lutar pelo bem-estar de todos e do seu país, lutam logicamente também para o

seu bem-estar. Têm ideias, ideologias que defendem para melhorar a vida do seu povo. Aliás o filósofo clássico grego Aristóteles já advertia que a verdadeira felicidade de um Estado deve ser colectiva e não de indivíduos singulares. Só um patriota, portanto, se esforça para a felicidade colectiva. Este é o sentido real da política. Esta política deve ser reavivada pelo patriotismo para que possa ser, tal como insiste o Papa Francisco “a forma mais sublime de caridade”.

Pessoas sem patriotismo são egoístas, lutam em primeiro lugar para os seus interesses mesmo que para isso se comprometa a sobrevivência de uma nação inteira, de um projecto nacional. Pessoas sem patriotismo procuram cargos de chefia, filiação partidária que favoreça suas ambições. Não têm ideologia, mas apenas interesses, por isso são capazes de eliminar, tirar do seu caminho todo aquele que não partilha do seu projecto egoísta, que atrapalha o seu enriquecimento.

No contexto da construção dos nossos estados africanos podemos dizer que foi o interesse de grupos que comprometeu a construção da pátria tal como os africanos tinham sonhado durante a noite colonial. Quando começou a surgir alguma certeza da vitória durante a luta de libertação, o patriotismo que a justificava começou também aos poucos a se transformar em interesses de grupos. Os indivíduos começaram a projectar não os ganhos nacionais com a libertação nacional, mas os seus próprios ganhos, na posição privilegiada que poderiam ocupar com os países livres. O sentido de uma sociedade fundada sob a ideia de véu de ignorância do Filósofo John Rawls teria se efectivado e desempenhado o seu papel no momento imediatamente anterior às independências se não fosse a força dos interesses egoístas dos que calcularam e sonharam suas posições em lugares vantajosos no futuro Estado, mesmo antes da independência.

Desses cálculos construíram-se em quase toda a África Estados cujas orientações patrióticas foram goradas pelo crescente número de dirigentes sem patriotismo (ou com patriotismo corrompido), mas com interesses. A luta entre a construção de uma nação com patriotismo genuíno e a construção de uma nação em favor de alguns cujo novo conceito de patriotismo passava pela posse do poder incontestável e resolução de seus interesses acompanhou os momentos pós-independência e justificou as várias conspirações que resultaram em golpes de estado, uns declarados e outros disfarçados, por isso ate hoje não assumidos como tais.

Depois da independência e na rota dos interesses pessoais, formamos estados ao contrário dos outrora almejados e parece termos, paradoxalmente, saído da civilização para o estado de natureza. Por conta da luta para o alcance de posições visíveis na hierarquia invertemos a lógica do contrato social do filósofo inglês Thomas Hobbes. Do projecto de um contrato social para uma sociedade de segurança e bem-estar para todos que moveu a guerra de libertação, passamos a uma sociedade de luta de todos contra todos, movida por uma ganância que teima em expurgar da lógica nacional a ideia do patriotismo no significado original e que torna os políticos e não só lobos de outros cidadãos. O patriotismo, para atender a esses interesses, foi redefinido. Agora ele significa, ou é forçado a significar não criticar os governantes, aceitar passivamente todas as suas políticas de governação, evitar alaridos contra as injustiças dos económica e politicamente poderosos, divinizar quem governa ou detém o poder de chefia, etc.

O que deturpa o entendimento dos gananciosos é a falta de percepção de que patriota não é quem diz acriticamente “sim, senhor”; patriota é aquele que, respeitando os líderes como seus orientadores e autoridades da ordem nacional usa a sua inteligência também para alerta-los sobre o compromisso com a causa nacional que deve ter primazia sobre todas as pretensões.

### **Efeitos da falta de patriotismo**

Em consequência, hoje, em Moçambique por exemplo, é a falta de patriotismo que faz com que os professores eduquem mal às crianças; é a falta de patriotismo que faz com que os médicos atendam mal e prestem maus serviços aos seus compatriotas; é a falta de patriotismo que faz com que os polícias e militares sem sequer saber as razões das suas próprias acções, mas em cumprimento de ordens cuja lógica desconhecem, matem as pessoas que juraram proteger; é a falta de patriotismo que faz com que os engenheiros de construção civil movidos por interesses de ganhar mais dinheiro com pouco esforço construam infra-estruturas sem as qualidades desejadas e recomendadas; é por falta de patriotismo que jornalistas e académicos usam suas inteligências para distorcer a verdade em troca de favores de quem pretendem defender, mesmo contra a sua consciência; é por falta de patriotismo que órgãos do Estado são usados para bajular e justificar a incompetência e a falta de orientação patriótica de quem os dirige; é a falta de patriotismo que faz com que os altos governantes, mesmo com incompetência provada adquiram, mantenham e se perpetuem no poder mesmo por meios ilícitos e sem satisfação das necessidades básicas dos seus compatriotas. Estes últimos são a face da verdadeira falta de patriotismo nacional porquanto assumem poderes cuja finalidade muitas vezes ainda não compreenderam as suas exigências. Assumem o

poder apenas para garantir interesses do grupo e avaliando o volume dos benefícios financeiros e económicos derivados desse cargo.

## **Cidadania**

O termo Cidadania provém do latim *civitas*, que significa Cidade, Estado. Implicitamente, Cidadania significa, então, o conjunto de direitos e deveres aos quais um indivíduo está sujeito em relação a cidade, Estado ou sociedade em que vive. Segundo Durozoi, “Cidadão é aquele indivíduo que goza de direitos e cumpre deveres definidos pelas leis e costumes da Cidade e a Cidadania é, antes de tudo, o resultado da integração social” (DUROIZOI,2000:68).

Para Clément o termo Cidadão provém do Latim *civis* que significa o membro da comunidade política, que se define simultaneamente pelo livre exercício dos seus direitos cívicos e políticos e pela sua participação nas decisões do Estado em nome da vontade comum (CLÉMENT,1999:57). Assim, o Cidadão define-se pelo exercício das liberdades públicas e pela igualdade perante a lei.

A constituição da República estabelece as leis de cidadania, ou seja o conjunto de deveres e direitos que dão ao indivíduo a prerrogativa de cidadania. O cidadão moçambicano tem o dever de respeitar a lei, os outros cidadãos, servir o Estado, trabalhar para o bem do país, pagar impostos, defender e conservar o bem publico, etc.; em contrapartida, o cidadão tem o direito a vida, a saúde, a propriedade e direito a toda as espécie de direitos civis e políticos.

Mais ainda, como forma de garantir uma Cidadania de direitos plenos, a CRM estipula vários princípios. O artigo 11 da CRM defende a promoção da justiça social, a melhoria do bem-estar material para os Cidadãos, direitos humanos, reforço da democracia, tolerância e cultura de paz. Estes todos direitos quando observados criam uma sociedade política invejável em termos de promoção de valores humanos, o que todo Cidadão procura como base numa sociedade política. Mas quando não passam de simples legislação cuja aplicação é defeituosa, espelham traição ao espírito do contrato social e, conseqüentemente podem gerar conflitos.

A CRM elimina também, no seu artigo 30, toda a espécie de distinção de tratamento dos Cidadãos perante a lei, independentemente do seu estatuto social, económico, político, etc. Ela prevê com isso que todos os cidadãos sejam iguais perante a lei, gozem dos mesmos direitos e estejam sujeitos aos mesmos deveres. No entanto, muitas vezes, verificam-se diferenças no tratamento legal que se dá a um ministro, um

empresário ou seja quem for económica, social e politicamente poderoso em relação a um pobre Cidadão comum, o que provoca alguma espécie de conflito sobretudo quando se trata de questões relacionadas ao direito de posse de bens, e liberdade de expressão.

### **Participação política**

Ora podemos dizer que a cidadania só é possível num país democrático porque fora desta transforma-se em escravidão. E democracia significa, na acepção etimológica, poder popular, ou seja, propriedade que se reserva ao povo sobre o seu território. E falar de democracia como tal, significa dizer que o povo não apenas deve ser o dono do Estado, mas também deve participar politicamente nos acontecimentos do seu país. No seu artigo primeiro, a Constituição da República de Moçambique consagra o Estado moçambicano como sendo de direito democrático e de justiça social, exactamente para dar aos cidadãos a prerrogativa de ser e se sentir donos do país com responsabilidades sobre ele. E quando dissemos dono referimos ao significado original. Queremos dizer que o país não é de ninguém em particular, mas tal como diria o filósofo americano John Rawls é, independentemente dos acidentes da vida que deram poder político ou económicas a uns e a outros, pertencente a todos como conjunto.

A participação política dos cidadãos pode ser dada em três momentos cruciais: participação como membro de um partido político, participação como principais actores nas eleições e participação na fiscalização do funcionamento das instituições do Estado. Falar de eleições é falar de um processo democrático em que o povo toma de volta o seu poder para atribuí-lo a quem lhe vai dirigir durante algum período. Nesse acto o povo decide se continua com os mesmos governantes ou vai trocá-los por outros fazendo aquilo a que se chama de alternância política.

A participação política é um direito humano. Ela deriva do facto da sociedade política ser um contrato social pelo qual uns governam por ordem da maioria a quem devem obediência. O filósofo moçambicano Severino Ngoenha, ao caracterizar a situação política moçambicana, lamenta o facto da **população tentar a cada vez se distanciar dos assuntos políticos**. Quando há guerra, quando há alguma tensão política, é frequente dizer-se “eles devem sentar e falar para chegar a acordo e termos paz”. Mas a questão que o filósofo lança é pertinente: Eles quais? Haverá moçambicanos da primeira pessoa, da segunda e da terceira pessoa? O mesmo pode ser dito quando o problema é económico ou social: eles deviam resolver isto”.

O problema da política moçambicana é a percepção errada de que quem actua sobre os processos de funcionamento do Estado “são eles”. As pessoas tendem a se excluir da cena política. Temos de chamar

aqui o apelo do filósofo grego Aristóteles que referia que todo o homem é político. Aliás, O papa Francisco já apela até aos cristãos a se envolverem na política, mas com objectivo de torna-la algo mais humano e orientado para o bem-estar de todos e não como a vemos, sempre ligada e manchada de sangue e de actos imorais.

A participação política é um acto de amor a pátria do qual nasce a cidadania. Ao mesmo tempo, e em consequência, a participação política envolve a consciência da responsabilidade de cada indivíduo pelo país. Por isso, todo o indivíduo é chamado a ter uma ideia sobre como acha que o país seria orientado da melhor forma para o bem-estar de todos. E porque as ideias podem ser concebidas e tornadas planos de governação pelos partidos políticos, então, é direito de todos e de cada um pertencer, querendo, ao partido que achar mais próximo dos seus ideais. Pertencer a um partido político não constitui nenhum mal moral, nenhum pecado, muito menos algo vergonhoso. Pelo contrário, pertencer a um partido político é assumir a nobreza de contribuir com uma ideia diferente dos outros para a construção da nação. Mas ao mesmo tempo, não pertencer a um partido não é mau ou pecado. Ninguém pode obrigar ao outro a pertencer a um partido cuja ideologia não lhe convence. Entende-se por **partido** um grupo de pessoas com os mesmos ideais e que pretendem atingir o poder do Estado.

A pertença a um partido político não pode ser imposta por outros, mas tem que ser decisão e escolha individual. Tem que ser um acto de consciência, tanto que não há mal nenhum que numa família cada membro pertença a um partido diferente. Num bairro, cada indivíduo pertencer a um partido diferente. Numa instituição de serviços os trabalhadores sejam de partidos diferentes. Pertencer a partidos diferentes é apenas ter pontos de vista diferentes, tal como o gosto por algum alimento é diferente. Não pode, por isso ser tomado como motivo de inimizade a ponto de as pessoas se odiarem e atentarem contra vida uns dos outros. A harmonia social cria-se quando as pessoas pensam de modos diferentes e isto as leva a participar activamente no desenvolvimento do país.

## **Eleições**

Outra forma de participação política é por meio de eleições. A eleição é um mecanismo por meio do qual o povo escolhe os seus representantes para governarem o seu país durante algum período legalmente estabelecido. De nenhum jeito um cidadão patriota deve se excluir desse processo.

As eleições constituem um momento de festa em que um povo expressa a sua vontade. Para garantir este exercício em pleno é necessário que o povo participe ajudando os seus partidos na campanha eleitoral ordeira, humana, pacífica e concentrada em convencer os eleitores sobre a beleza do seu plano de

governança e, aqueles que não têm partidos, escutando todos os programas propostos pelos partidos. Escutar os programas dos partidos durante a campanha faz com que a pessoa vote no candidato que achou melhor, obedecendo a própria consciência. Votar em obediência a própria consciência é não fazê-lo em favor de um partido porque foi obrigado, aliciado ou habituado a votar nesse partido.

Porque as eleições são a expressão da soberania do povo, é necessário que cada um, segundo as suas possibilidades e responsabilidades evite qualquer acto que tente viciar ou alterar os resultados em favor de quem quer que seja, tornando o processo ilegítimo. Um povo anseia sempre ser governado pelos líderes que escolheu. Essa vontade deve ser respeitada pelos partidos e pelos seus seguidores a nível dos distritos e povoações. Para tal é necessário que todos votem em qualquer partido ou candidato que acharem conforme as suas aspirações. Falta às eleições é matar a própria cidadania e excluir-se da nacionalidade que devia carregar com orgulho.

### **Fiscalização**

Fiscalizar o governo é controlá-lo para aferir se realmente está a cumprir as suas promessas eleitorais. Se dissemos acima que o povo é proprietário do Estado e o governo é o conjunto de pessoas encarregue de fazer a gestão e colocar em funcionamento as instituições do Estado, então estamos também a dizer que esse povo deve controlar quem governa. O povo como proprietário do estado poderia governar ele mesmo. Mas como, de acordo com o filósofo italiano Norberto Bobbio o povo é constituído por vários indivíduos sem técnica para tal, então esse povo faz-se representar por alguns indivíduos que fazem a tarefa em seu nome. Na esteira deste filósofo podemos dizer que **fiscalizar é garantir que os representantes do povo não representem os seus próprios interesses, mas unicamente os do povo.**

Temos, neste contexto, de dissipar todos os equívocos em relação aos dirigentes, quer centrais, quer locais. O presidente da República, os ministros, os governadores, os administradores, os chefes dos postos e todo o resto de responsáveis encarregues de comandar o funcionamento do estado em vários níveis, não devem ser considerados deuses, senhores do povo. Eles não são donos do povo. Eles não pedem contas ao povo. Não podem de nenhum jeito complicar a vida de um cidadão para acomodar os próprios planos.

Esse conjunto de funcionários deve, pelo contrário, obedecer ao povo e fazer tudo aquilo que constitui a vontade popular. Temer uma autoridade é fazer o contrário do recomendável para a cidadania, porque a cidadania envolve actividade, postura e o direito de reclamação quando os direitos são violados. Eles não devem ser temidos, mas apenas respeitados. Assim, todo o cidadão tem o direito de exigir, reclamar,

discutir, processar, denunciar qualquer dirigente que tenha violado seu direito cívico, mas com o respeito necessário a autoridade que esse dirigente representa.

É necessário que tomemos a verdadeira democracia e comecemos a olhar para os dirigentes não como donos das nossas vidas, mas como aqueles que têm obrigação de criar condições para a nossa sobrevivência. Qualquer dirigente que se desvie do programa, que não desenvolva actividades concretas para a salvaguarda do povo, que ao invés de beneficiar ao povo com suas acções, beneficia a si mesmo ou aos seus amigos e familiares, esse dirigente é contra a pátria e deve ser denunciado e expurgado do seu falso poder. Um poder político só é válido se for exercido em favor do povo; uma cidadania é crista quando participa em acções de promoção da vida humana. o cristão precisa de abrir olhos e combater, lutar contra todas as formas de injustiça que prejudica os mais débeis, os mais desfavorecidos.

**Deolindo Bento Paúa**  
bento86paua@gmail.com